

NEGOCIAÇÃO COM A FENABAN

MESMO COM OS LUCROS RECORDES, **BANCOS SE NEGAM A DAR GARANTIA DE EMPREGO**

Repetindo a postura das reuniões anteriores, na quarta rodada de negociação da Campanha Nacional de 2018, realizada na quarta-feira 25 com o Comando Nacional dos Bancários, em São Paulo, os bancos se recusaram a assumir qualquer compromisso de incluir na Convenção Coletiva cláusulas que impeçam demissões imotivadas, garantam o emprego e impeçam terceirizações, entre outros pontos sobre o tema do emprego. A quinta rodada de negociação, que será realizada na quarta-feira 1º de agosto, versará exclusivamente sobre as cláusulas econômicas, o que inclui aumento real de 5%.

Mais uma vez os bancos não trouxeram nenhuma proposta concreta sobre emprego e forma de contratação, homologações, jornada, instalação de comissão para discutir mudanças tecnológicas, incorporação de funções, por exemplo. Embora dissessem que estavam abertos para discutir todas as cláusulas da pauta de reivindicações e que nos oito meses de vigência da reforma trabalhista os bancos não implementaram nenhuma mudança brusca que afetasse os direitos dos bancários, eles não querem colocar nada no papel.

Os dirigentes sindicais reforçam que não há motivos para os bancos não



atenderem às reivindicações dos bancários. É o setor mais lucrativo da economia brasileira e, portanto, tem de garantir empregos, melhores condições de trabalho, segurança, igualdade de oportunidades e aumento real de salário.

BANCOS AGRAVAM DESEMPREGO

Os bancos contribuem, assim, apesar dos lucros, para aumentar o desemprego no Brasil, que já tem 27 milhões de trabalhadores sem emprego ou com trabalho precário. Os bancos reconheceram os dados negativos de desemprego, terceirizações e precarização após o golpe que eles apoiaram.

O número de trabalhadores nos bancos vinha crescendo de 2000 até 2012, passando de 393 mil para 513 mil. E a partir daí começou a cair. Desde 2013, as empresas financeiras fecharam 1.882 agências e cortaram 60.523 postos de trabalho, aí incluídos os 2.846 cortes somente nos primeiros seis meses de 2018.



PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES E AS RESPOSTAS DOS BANCOS:

CCT PARA TODOS

O Comando cobra que a CCT valha para todos os bancários, inclusive os hipersuficientes (que têm salários acima de R\$ 11.291,60 e nível superior), que representam cerca de 90 mil empregados de bancos públicos e privados. Os bancos não garantiram, mas ficaram de analisar a reivindicação.

BANCO DE HORAS

Os representantes dos trabalhadores não querem acordos individuais porque os bancários não têm governabilidade para resolver suas folgas. A lei pós-golpe libera esses acordos individuais e compensação em seis meses. O Comando disse não e destacou que, se é preciso um ano para compensar, é porque precisa-se de gente e tem de contratar. Uma nova proposta deve ser apresentada pela Fenaban.

GARANTIA NO EMPREGO E CONTRA DISPENSA IMOTIVADA E EM MASSA

Os bancos se negaram a garantir empregos e cláusula contra as demissões em massa, sob o argumento de que isso pode criar problema, travar a entrada e saída do mercado. O Comando lembrou que metade do setor tem trabalhadores estáveis e que isso nunca quebrou nenhuma empresa.

GARANTIA DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Os trabalhadores reivindicam que o banco não poderá reduzir ou retirar o valor da gratificação/comissão em quaisquer hipóteses. Mas a Fenaban afirmou que isso promove injustiça. Para os dirigentes sindicais, injustiça é com quem perde a gratificação e esse quadro causa insegurança.

TERCEIRIZAÇÃO

Os dirigentes sindicais querem proibir a troca de bancários por t precarizados. A Fenaban informou que os bancos não estão terceirizando nem têm planos de fazer isso.



**CONFIRA EM BANCARIOSDF.COM.BR: COMANDO NEGOCIA CLÁUSULAS
ECONÔMICAS COM A FENABAN NO DIA 1º DE AGOSTO**



IMPASSE

SEM AVANÇOS, NEGOCIAÇÃO COM A CAIXA É MARCADA POR PROTESTO EM DEFESA DO SAÚDE CAIXA

Foi com um protesto em defesa do Saúde Caixa que a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) abriu a mesa de negociação, dando o tom do que seria a rodada com a empresa nesta quinta-feira (26), em Brasília, dentro do calendário da Campanha Nacional 2018.

"A negociação foi extremamente intensa, contou com alguns retornos positivos, mas o ponto alto foi o Saúde Caixa, com a empresa afirmando que pretende seguir as resoluções da CGPAR, especialmente a 23. Isso é extremamente prejudicial ao corpo funcional da empresa, pois acaba com o plano tal como é hoje. Esse debate foi o que mais demandou tempo da reunião", resumiu o diretor do Sindicato e integrante da CEE **Wandeir Severo**.

Os representantes dos trabalhadores protestaram contra essa decisão unilateral e deixaram claro que essa resolução onera o associado do Saúde Caixa, quebra o princípio de solidariedade (comum a planos de autogestão administrados por RH), excluem aposentados, impõem períodos de carências e permitem cobrança de franquias, acabando com a cobrança de mensalidade única por família, trazendo novas restrições para dependentes, vetando a oferta do plano em novos concursos e proibindo a entrada de novos associados.

PROPOSTA É FORTEMENTE RECHAÇADA

Na mesa, a Contraf/CUT, via CEE/Caixa, reforçou a importância de manter o atual modelo de custeio do Saúde Caixa, sob o risco de inviabilizar sua manutenção. Atualmente, o banco responde por 70% das despesas assistenciais, cabendo aos usuários os outros 30%, o que garante a sustentabilidade do plano. Foram reivindicados ainda itens como a garantia do plano de saúde para o empregado aposentado, a garantia para o grupo familiar e o princípio de solidariedade. Na questão dos novos concursos públicos, a assistência à saúde deve integrar o pacote de benefícios.



FUNCEF

Em relação aos temas pertinentes ao fundo de pensão dos empregados da Caixa, o banco trouxe argumentos evasivos e não garantiu reivindicações importantes como a revisão da metodologia de equacionamento do REG/Replan, assim como a instituição de assembleias e consultas para que os associados decidam sobre as questões mais fundamentais dos planos de benefícios.

Ao defender a imediata revisão da metodologia do equacionamento, a Contraf/CUT - CEE/Caixa avaliou que o atendimento dessa reivindicação abre espaço para a suspensão de algumas cobranças a mais que estão sendo feitas indevidamente. O entendimento é o de que o endividamento prejudica a todo mundo.

Em resposta, a Caixa informou que busca mitigar os efeitos negativos provocados pela atual metodologia de equacionamento.

CRÍTICAS À ATUAL GESTÃO

Alvos de críticas contundentes pelos empregados foram a falta de rumo da atual gestão da Fundação, a falta de transparência, os déficits seguidos, as tentativas de infringir os regulamentos dos planos de benefícios e a meta de subjugar a paridade nos planos de equacionamento. A solução desses pontos, segundo a Contraf/CUT - CEE/Caixa, é fundamental e tem a ver com a elaboração de novas políticas de governança e transparência no âmbito da Funcef.

CONTENCIOSO É RESPONSABILIDADE DA CAIXA

A reivindicação é para que a Caixa o custeie integralmente o contencioso da Funcef, cuja origem está baseada na relação de emprego entre participante e patrocinadora. Foi lembrado ainda que o CTVa não foi causado pela Funcef, não podendo a Caixa se omitir de fazer essa discussão. Ocorre que, no ano de 1998, a Caixa implantou o Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado sem a inclusão dessa rubrica na base de contribuição à Funcef. Como resultado disso, nasce o maior objeto de ações com repercussão previdenciária sobre a Fundação.



NOVA RODADA DIA 2

A próxima negociação foi agendada para o dia 2 de agosto, em Brasília. Dessa vez, os temas abordados serão o fim do descomissionamento para empregadas gestantes, a apresentação de dados concretos para debater e avançar nos itens em defesa do Saúde Caixa e a garantia contra a desregulamentação da lei trabalhista, com base no princípio de nenhum direito a menos.

**BANCO DO BRASIL**

BANCO DO BRASIL PROPÕE REDUZIR PRAZO PARA DESCOMISSIONAMENTO E NÃO AVANÇA NA PAUTA



Na quarta reunião de negociação da mesa específica do Banco do Brasil pela Campanha Nacional dos Bancários 2018, realizada nesta quinta-feira (26), foram tratados temas relativos às cláusulas sociais e sindicais. Um dos principais pontos debatidos foi a contraproposta do banco de redução para apenas 1 ciclo avaliatório de GDP o período para descomissionamento decorrente de avaliação funcional.

"Além de não apresentar respostas às propostas do funcionalismo, o BB ainda tenta promover retrocessos nos direitos previstos no acordo, como é o caso da proteção do cargo

comissionado. O banco precisa iniciar de fato o processo negocial, já que até agora só respondeu com promessas de estudo às propostas dos bancários", criticou o diretor do Sindicato e representante da Fetec-CUT/CN na Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, **Rafael Zanon**.

A argumentação do BB é que a avaliação com 1 ciclo igualaria todos os funcionários com cargos comissionados. A Comissão de Empresa argumentou que a proposta traz mais insegurança e pode facilitar as situações de assédio e perseguição. Os bancários relataram que nas reuniões que os superintendentes vêm realizando há abertamente

a orientação aos gestores para aumentar o número de anotações na GDP com o objetivo de facilitar os descomissionamentos. Além disso, ao considerar apenas 1 ciclo, o banco aumenta o risco de adoecimentos.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O banco informou que está tratando internamente sobre a proposta da minuta de melhoria dos planos de previdência.

PARCELAMENTO E PROBLEMAS NOS PEDIDOS DE FÉRIAS

O banco informou que os problemas decorrem da operacionalização do E-Social e que está discutindo internamente uma forma de amenizá-los. O banco apresentou a proposta de abrir a possibilidade de parcelamento de férias em três períodos, dentro das regras vigentes na nova legislação.

VALE CULTURA

Também foi cobrada a volta do pagamento do Vale Cultura. O BB respondeu que aguarda definição da mesa da Fenaban.

PRESSÃO DOS ASSOCIADOS E DECISÃO DO STF: CASSI RECUA NO AUMENTO DAS COPARTICIPAÇÕES

A sede da Cassi em Brasília amanheceu no dia 20 de julho de 2018 em clima de protesto. Associados, com o apoio do Sindicato dos Bancários de Brasília e da Contraf-CUT, denunciavam a tentativa do Conselho Deliberativo de votar o aumento da coparticipação e implantação da CGPAR 23 na Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil.

O aumento da coparticipação já havia sido aprovado na diretoria executiva da Cassi, com o voto favorável do eleito Luiz Satoru. O objetivo do ato era dialogar com o conselho deliberativo, órgão máximo na governança da Caixa de Assistência, onde o assunto estava pautado para ser votado.

Na manifestação, os conselheiros deliberativos da Cassi foram recebidos pelos manifestantes em sua chegada à entidade, e também se depararam com diversas faixas que traziam os anseios do conjunto dos associados do plano de saúde.

"O mercado quer levar as nossas vidas", "Não ao fechamento do Plano de Associados", "Não à CGPAR 23", "Não ao aumento da coparticipação", "Eles querem destruir o BB. Eles querem matar a Cassi. Vote não!", foram algumas das reivindicações dos associados expressas na manifestação.

Durante o ato, a diretora do Sindicato e da Contraf-CUT Maria José Furtado e o di-

retor do Sindicato Rafael Zanon foram recebidos dentro da Cassi, se reuniram com os conselheiros deliberativos e entregaram documento reivindicando que o aumento da coparticipação e a proposta do BB de alteração estatutária não fossem deliberados, considerando a posição contrária dos associados e do Supremo Tribunal Federal (STF). A pressão deu resultado, momentaneamente. Os assuntos foram retirados de pauta.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DIA 1º/8 PODE VOTAR IMPLEMENTAÇÃO DA CGPAR 23. SAIBA MAIS NO PORTAL DO SINDICATO.





BRB SINDICATO COBRA RESPOSTAS PARA A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Na rodada de negociação com o BRB realizada na quarta-feira (25), dentro da Campanha 2018, o Sindicato cobrou do banco um posicionamento sobre as demandas dos funcionários para a renovação do acordo coletivo (ACT) aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho.

“O banco, de modo geral, tem ignorado a pauta de reivindicações dos bancários, aprovada em assembleia, para 2018. Tem insistido apenas em debater o acordo atual”, critica o diretor do Sindicato **Daniel Oliveira**.

Sobre as cláusulas pendentes de avaliação da última rodada, o Sindicato afirmou ser contrário à sua retirada do ACT, sob o argumento de constarem em lei, pois entende que seria uma garantia a mais para o empregado. O banco insiste na retirada.

Quanto às cláusulas passíveis de alteração, de modo geral, o Sindicato manteve o



posicionamento de não retirada dos parágrafos 1º e 2º da cláusula 45. As cláusulas 47 e 50 ficaram sem alteração. Também não houve nenhuma objeção por parte do Sindicato sobre alterar na cláusula 49.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

A proposta do banco foi de manter, sem alteração, as cláusulas 23, 33, 51, 64, 65 e 67. A instituição propôs, contudo, alteração em algumas outras cláusulas. O BRB propôs a retirada da cláusula 63, que versa sobre a manutenção do concurso de gerentes de Negócios de 2013. Em contrapartida, o Sin-

dicato sugeriu que os empregados que passaram por curso de formação e estágio supervisionado tenham pontuação específica e diferenciada em futuros processos seletivos. O banco concorda. Houve acordo na retirada da cláusula 70.

Por fim, o Sindicato cobrou a presença de um diretor do banco na mesa de negociação, conforme solicitado na entrega da pauta de reivindicações.



PRÓXIMA NEGOCIAÇÃO É DIA 2/8

A próxima reunião está agendada para o dia 2 de agosto, quando serão discutidas as demais reivindicações relacionadas às condições de trabalho e serão levadas respostas das questões pendentes de avaliação por parte do Sindicato.

CAMPANHA 2018 NOS LOCAIS DE TRABALHO

SINDICATO PERCORRE AGÊNCIAS DE PLANALTINA, SOBRADINHO, LAGO NORTE, GAMA, SANTA MARIA E RECANTO

